



Senado aprova projetos a favor das mulheres

Ontem, Dia da Mulher, foram aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania propostas que protegem as mulheres da violência doméstica. Não havendo recurso, irão para a Câmara sem passar pelo Plenário do Senado

Ao todo, foram aprovados quatro projetos pró-mulher. O primeiro cria a Patrulha Maria da Penha, com rondas policiais que evitariam a reincidência da violência doméstica. O segundo exige a contabilização dos casos de violência de gênero nas estatísticas oficiais como crime específico, para fa-

cilitar a elaboração de políticas públicas. O terceiro busca evitar que crianças que testemunharam episódios de violência doméstica também sejam agredidas. O quarto prevê cota para as mulheres no conselho das estatais. Ainda ontem, o Senado entregou o Diploma Bertha Lutz a defensoras da causa feminina. **3 a 5**

Avança texto que reconhece união entre pessoas do mesmo sexo **8**

Empresas pedem novas regras nas concessões de aeroportos **7**

Votação da MP do Cartão Reforma é adiada para quarta-feira **6**

Leia, encartado na edição de hoje, o *Monitor Fiscal*



Pillar Pereira/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado

Gerardo Magela/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado



Moreira Matiz/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado



Jane de Araújo/Agência Senado



Pillar Pereira/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado



Moreira Matiz/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado



Pillar Pereira/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado

Formuladas por uma comissão especial de juristas, propostas de elaboração da lei e de criação do Fundo Nacional do Esporte começam a tramitar na Casa e devem ser encaminhadas a comissões

Senado vai avaliar projeto de Lei Geral do Esporte

A ELABORAÇÃO DE uma Lei Geral do Esporte e a criação de um Fundo Nacional do Esporte (Fundesporte) serão analisadas pelos senadores. Em reunião ontem, a Comissão Diretora do Senado decidiu pela tramitação das duas propostas.

As iniciativas são resultado do trabalho de uma comissão de juristas, especialistas em direito desportivo, constituída no Senado. A comissão foi presidida por Caio César Vieira Rocha, advogado e vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD). Os trabalhos do grupo foram concluídos no fim de 2016.

A lei geral, que vai tramitar como projeto de lei, prevê mecanismos mais rígidos de prestação de contas de

repasse orçamentários a clubes esportivos, por exemplo. Também estabelece punições, como perda do cargo e confisco de patrimônio pessoal, a quem for condenado por irregularidades.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que vai encaminhar as propostas para as comissões adequadas.

— Quero prestigiar as comissões técnicas da Casa. Isso é fundamental, porque ali há uma composição mesclada dos partidos. Isso facilita o debate. Quando chegam ao Plenário, as matérias já estão prontas para serem votadas — afirmou.

Aviação regional

A Comissão Diretora também aprovou três requerimentos de informações sobre o

Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, política pública desenvolvida pelo governo federal. Os requerimentos serão enviados aos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado (CDR).

O programa foi criado pela Medida Provisória (MP) 652/2014 com o objetivo de aumentar o acesso da população ao sistema de transporte aéreo nas pequenas e médias cidades, além de incrementar as rotas regionais e integrar comunidades isoladas.

A comissão aprovou outros 18 requerimentos com pedidos de informações a outros órgãos da administração pública.

Indicada para Conselho de Justiça será sabatinada na quarta-feira

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Edison Lobão (PMDB-MA), marcou quarta-feira a sabatina de Maria Tereza Uille Gomes, indicada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Hoje ela integra o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, foi procuradora-geral de Justiça do Paraná e secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do estado. Foi indicada para vaga destinada à Câmara no CNJ, Relator da indicação, Aécio

Neves (PSDB-MG) destacou a experiência profissional e a formação acadêmica da indicada, graduada em direito e pós-graduada em direito processual penal.

— É uma das maiores especialistas que o Brasil tem hoje no sistema penitenciário e todos reconhecemos a gravíssima crise pela qual passa esse sistema. A presença da

doutora Maria Tereza no Conselho Nacional de Justiça haverá de dar a esse tema também a relevância que ele merece ter — afirmou Aécio.

Após a leitura do relatório, o presidente da CCJ concedeu vista coletiva da matéria. Na quarta, após a arguição da indicada, o nome dela será submetido a votação secreta. Se aprovado, segue ao Plenário.

Também será sabatinado na próxima reunião da CCJ o advogado Gustavo do Vale Rocha, indicado, em recondução, ao Conselho Nacional do Ministério Público, em vaga reservada à Câmara.

Mestre em direito e políticas públicas, o indicado é subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República desde maio de 2016.

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), relator da indicação, Rocha reúne as condições necessárias à recondução.

Sessão debate hoje importância de prevenção da doença renal

O Senado promove hoje, às 9h, uma sessão especial para celebrar o Dia Mundial do Rim. Criada em 2006 pela Sociedade Internacional de Nefrologia, a data é uma campanha global destinada à conscientização da importância dos rins. O tema deste ano é “Doença renal e obesidade: estilo de vida saudável para rins saudáveis”.

A sessão solicitada por Eduardo Amorim (PSDB-SE) reunirá especialistas para debater a importância da prevenção e do diagnóstico precoce da doença renal crônica. Segundo o senador, que é médico, a ideia é, além de chamar a atenção, discutir políticas de prevenção, diagnóstico e tratamento.

— Há mais de 120 mil brasileiros que fazem hemodiálise dia sim, dia não. Precisamos estimular cada vez mais os transplantes e chamar a atenção para a prevenção. São muitas vidas perdidas por conta de falta de assistência — declarou Amorim, em entrevista à Rádio Senado.

Explicou que as principais causas da insuficiência renal são a hipertensão e o uso excessivo de anti-inflamatórios, muitas vezes vendidos sem controle. De acordo com pesquisa, de 2015, cerca de 10% da população mundial sofre de algum tipo de doença renal, afetando um em cada cinco homens e uma em cada quatro mulheres, com idade entre 65 e 74 anos.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



MP 752/2016 Audiência

9h Audiência pública interativa para discutir a MP 752/2016, que dispõe sobre a prorrogação e a relicitação de contratos de parceria. Entre os convidados, estão representantes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e do Tribunal de Contas da União (TCU).

SESSÃO ESPECIAL Dia do Rim

9h Sessão pelo Dia Mundial do Rim.

PLENÁRIO Votação

14h Sessão deliberativa.

INSTITUCIONAL Bibliotecas

18h30 Lançamento da logomarca da Rede Virtual de Bibliotecas e abertura da exposição comemorativa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Lio de Paula/Agência Senado



A Biblioteca do Senado inaugura hoje, às 18h30, exposição documental sobre a Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI)

Exposição faz homenagem ao Dia do Bibliotecário

Como parte das comemorações do Dia do Bibliotecário, a Biblioteca do Senado Federal inaugura hoje, às 18h30, uma exposição de documentos sobre a Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI).

A RVBI é uma rede cooperativa de bibliotecas, coordenada pela Biblioteca do Senado, que agrega recursos bibliográficos, materiais e humanos de 12 bibliotecas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração pública federal e do governo do Distrito Federal, com o objetivo de atender as demandas de informações de seus órgãos mantenedores.

O acervo registrado na base de dados da RVBI tem como prioridade temática a área do direito, especificamente a doutrina, mas abrange também outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. Cada biblioteca da Rede possui uma base administrativa com os dados particulares de sua coleção, dos usuários e fornecedores.

Essas bases compõem-se de vários registros inter-relacionados e organizados de forma a atender as necessidades de informação dos usuários e a promover o intercâmbio e a interação dessas informações.

A RVBI originou-se na Rede Subsistema de Administração de Bibliotecas (SABI), iniciada em 1975, a partir da automação da Biblioteca do Senado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen). Em 2000, ganhou o atual nome e composição.

Inovações

Nesses 41 anos de funcionamento, a rede acompanhou as inovações tecnológicas, implantou formato internacional de intercâmbio bibliográfico, possibilitando a compatibilidade com outras redes e sistemas de informação.

A exposição permanecerá aberta durante o mês de março. A visitação pode ser feita de segunda à sexta, das 8h30 às 18h30. Figuram como destaques da mostra os diversos

manuais produzidos nesses mais de 40 anos com o objetivo de padronizar a execução das atividades e otimizar a recuperação da informação.

Como principal produto gerado a partir do Catálogo Coletivo da RVBI, a Bibliografia Brasileira de Direito (BBD), produzida pelo Senado desde 1986, terá sua história narrada nessa exposição.

Logomarca

A nova logomarca da Rede Virtual de Bibliotecas também será lançada na quinta-feira. A nova logo da RVBI é uma metáfora gráfica que sintetiza seus propósitos: trabalho em rede, inovação e acesso público ao conhecimento. Em formato esférico, representa uma estrutura construída a partir da união de elementos interdependentes.

O Dia do Bibliotecário foi instituído no Brasil em 1980. É comemorado em 12 de março, data do nascimento do bibliotecário, escritor e poeta Manuel Bastos Tigre.

Cinco mulheres receberam ontem o Diploma Bertha Lutz em sessão que também teve protestos de senadoras e deputadas contra a reforma da Previdência, entre outros temas

Senado premia defensoras de direitos das mulheres

O SENADO ENTREGOU ontem o Diploma Bertha Lutz a cinco mulheres que contribuíram em diferentes áreas para a defesa dos direitos femininos no Brasil. A sessão solene do Congresso também celebrou o Dia Internacional da Mulher.

Pela manhã, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou quatro projetos sobre direitos das mulheres e equidade de gênero.

Entre as agraciadas do Bertha Lutz, estavam a major da Polícia Militar da Bahia Denice Santiago Santos do Rosário, responsável por ações em defesa dos direitos das mulheres; e a ativista gaúcha Diza Gonzaga, que dirige o Programa Vida Urgente, pela educação no trânsito. A lista se completa com os nomes da diplomata Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert; da professora Raimunda Luzia de Brito, ativista pelos direitos da população negra em Mato Grosso do Sul; e da jornalista Tati Bernardi, a única que não esteve presente, por motivos profissionais.

Direitos

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que a data de ontem deve servir para que se reafirme apoio às iniciativas por direitos que ainda hoje são negados às mulheres.

— Assim, como presidente do Congresso Nacional e do Senado, reafirmo o meu compromisso de estar com as mulheres na luta por mais igualdade de oportunidades e de participação em toda e qualquer atribuição social e profissional.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS), que preside o Conselho do Diploma Bertha Lutz, destacou a aprovação ontem, na CCJ, de um projeto dela que obriga o Sistema

Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) a registrar dados específicos sobre violência contra a mulher (PLS 244/2016).

— O Brasil está entre os cinco países mais violentos do mundo em relação às suas mulheres — lamentou.

Manifestações

Em sintonia com manifestações programadas pelo país, às 12h30 houve um “apitão” de um minuto em repúdio a medidas anunciadas pelo governo, como a elevação da idade de aposentadoria de 60 para 65 anos, com equiparação entre homens e mulheres.

O “apitão”, convocado pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), foi também em apoio a marchas e paralisações pelos direitos femininos programadas para acontecer ontem em mais de 50 países.

Gleisi afirmou que há agora uma aliança internacional feminina contra o neoliberalismo e suas políticas que atacam tanto os direitos das mulheres quanto aqueles no campo do trabalho, da saúde e na proteção à velhice.

— O feminismo do “faça acontecer”, esse que muitas vezes nos envolve no dia a dia, e outras variantes do feminismo empresarial, infelizmente falharam para a esmagadora maioria das mulheres, principalmente as pobres, cujas condições de vida só podem ser melhoradas por meio de políticas que defendam a distribuição de renda, a equidade, o equilíbrio social, os direitos trabalhistas e a saúde.

Pauta feminina

Questões tradicionais da pauta feminina foram abordadas por senadoras e deputadas, como os índices de violência contra a mulher, as

diferenças salariais em relação aos homens e a ausência em cargos de comando em todos os Poderes. Neste ano, contudo, as propostas de reformas encaminhadas pelo governo ao Congresso ganharam destaque, sobretudo a que muda o sistema previdenciário (PEC 287/2016).

Lídice da Matta (PSB-BA) afirmou que o “não” à reforma da Previdência se tornou a principal bandeira das manifestações no Brasil neste 8 de março.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RS) destacou que é a única mulher na comissão especial que examina na Câmara a PEC 287.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) disse que o fim das regras especiais para a aposentadoria será um “duro golpe” para mulheres do campo, que começam a trabalhar muito cedo. Ana Amélia (PP-RS) concordou e, mesmo sendo da base do governo, deu apoio a duas CPIs para investigar a Previdência.

A procuradora especial da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que o Brasil não pode achar normal que mais da metade do eleitorado seja mulher, mas que elas ocupem apenas 10% das vagas nas câmaras de vereadores, nas assembleias e no Congresso.

Para exemplificar a resistência em relação a propostas que ampliem a participação das mulheres em funções de poder, Vanessa disse que o único projeto que não avançou ontem na CCJ foi exatamente o que reservava uma cadeira para mulher ao Senado, a cada eleição em que estiver em disputa duas vagas, que caberá à candidata com maior votação. Houve pedido de vista de um senador.

Wellington destaca protagonismo na história e conquistas

A mulher deve ser valorizada como um “alicerce fundamental da sociedade”, afirmou Wellington Fagundes (PR-MT).

— Esse é um trabalho contínuo, a ser concluído por todos, como requer a origem da humanidade — disse.

Para o senador, as mulheres são protagonistas da história e suas conquistas contribuem para um mundo melhor.



Armando Monteiro presta homenagem a duas pernambucanas

Armando Monteiro (PTB-PE) homenageou duas mulheres que marcaram a história de Pernambuco: Bárbara Alencar, que atuou na Revolução Pernambucana (1817) e na Confederação do Equador (1824) e defendeu a independência do Brasil, e Maria Amélia de Queiroz, abolicionista que, após a libertação dos escravos, alfabetizou e profissionalizou negros.



Regina Sousa pede continuidade na luta por cotas na política

As mulheres precisam insistir em lutas por cotas nas disputas políticas, melhores delegacias de mulheres e tratamento humanizado nas maternidades, disse Regina Sousa (PT-PI). Para a senadora, “é chato as mulheres baterem sempre na mesma tecla, mas é preciso”.

Regina também alertou para possíveis mudanças nas regras da Previdência Social, propostas pelo governo, que podem ser mais prejudiciais às mulheres do que aos homens.

Conheça as agraciadas em 2017



Denice Santiago Santos do Rosário

Natural de Salvador, formada em segurança pública e em psicologia. Major da PM da Bahia, é fundadora do Centro Maria Felipa, o primeiro no país a garantir que policiais gestantes não sejam escaladas em serviços operacionais. É comandante da Operação Ronda Maria da Penha, guarnição voltada para prevenir a violência contra a mulher.



Diza Gonzaga

Após perder o filho de 18 anos em acidente de carro, a arquiteta gaúcha Diza Gonzaga criou fundação como o nome dele, Thiago de Moraes Gonzaga, que desenvolve programas educativos, culturais e informativos direcionados a crianças, jovens e adultos para mudar e humanizar o comportamento no trânsito. Um deles é o Vida Urgente.



Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert

Mineira de Aimorés, a diplomata formou-se em administração de empresas pela UnB e, em 1986, pelo Instituto Rio Branco. Atualmente Isabel Cristina Heyvaert desempenha as funções de embaixadora do Brasil junto à República da Sérvia e junto a Montenegro. Foi embaixadora do Brasil junto à Etiópia e Observadora junto à União Africana.



Raimunda Luzia de Brito

Educadora com forte participação em movimentos sociais em favor de mulheres e negros, nasceu em Aquidauana (MS). É graduada em direito, mestra em serviço social e doutora em ciência da educação. Presidiu o Coletivo de Mulheres Negras de Mato Grosso do Sul, que monitora as políticas públicas na área da saúde da população negra, com ênfase na saúde da mulher.



Tati Bernardi

A escritora paulista ficou conhecida por tratar de relacionamentos, mercado de trabalho, política e feminismo. Colunista fixa do caderno *Cotidiano da Folha de S. Paulo*, é autora e roteirista contratada da Rede Globo há oito anos. Colaborou com novelas, como *Vida da Gente* (2012), e escreveu livros, como os infanto-juvenis *A menina da árvore* e *A menina que pensava demais*.

Fotos: Gerardo Magela/Agência Senado, Pedro Franco/Agência Senado e arquivo pessoal

Marta frisa importância da atuação dos homens na luta pela igualdade

Marta Suplicy (PMDB-SP), lembrou que, durante anos, as mulheres tiveram negado o direito ao voto, à representação e até à vida, devido ao aumento da violência doméstica. Ela exaltou o movimento He for She, da ONU Mulheres, que destaca a importância da participação dos homens na luta pelos direitos femininos.

A senadora falou sobre PEC de autoria dela que dá igual período de licença para homens e mulheres, no caso de nascimento de filho ou adoção.

Cassol exalta a luta e o companheirismo das mulheres da família

Ivo Cassol (PP-RO) defendeu aumento da participação feminina na política e homenageou as mulheres, especialmente as de Rondônia, destacando o exemplo de vida que a mãe, Helga, representa para a família e o companheirismo da esposa, Ivone, que permanece com ele em Brasília durante toda a semana.

— Alguns costumam dizer que atrás de um grande homem sempre há uma grande mulher. Eu digo que elas estão ao lado — ressaltou.

Agripino ressalta papel de empreendedoras e lembra Clara Camarão

José Agripino (DEM-RN) destacou exposição fotográfica no Senado que mostra microempresárias que se destacaram na geração de empregos. O exemplo dessas mulheres deveria se multiplicar pelo país, disse.

Ele também homenageou a potiguar Clara Camarão, cujo nome foi incluído entre os heróis da pátria. Ela lutou contra os holandeses no século 17.



Diferença de salário mostra que preconceito persiste, afirma Lira

Raimundo Lira (PMDB-PB) destacou a importância do Diploma Bertha Lutz e definiu a ex-deputada que dá nome à homenagem como líder e pioneira na luta pela igualdade feminina.

Para o senador, o processo de valorização feminina é lento.

— A diferença de salário entre homem e mulher mostra que o preconceito persiste em alguns setores do Brasil.



Fotos: Moreira Mattz/Agência Senado

No Dia da Mulher, Senado aprova projetos da pauta feminina

Quatro projetos de lei que favorecem as mulheres foram aprovados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se não houver recurso, eles irão diretamente para a Câmara, sem ter que passar pelo Plenário do Senado. Dois deles comba-

tem a violência de gênero. Um cria a Patrulha Maria da Penha, com visitas periódicas às casas das mulheres que já foram violentadas, com o objetivo de verificar se os companheiros ou ex-companheiros estão obedecendo a ordem judicial de se manterem distantes de-

las. Outro obriga as autoridades de segurança a contabilizar todos os casos de agressão ou assassinato de mulheres, para facilitar a elaboração de políticas públicas contra esse tipo de violência. O terceiro projeto determina que o juiz da Infância e o Conselho Tutelar sejam

informados quando uma criança testemunhar um caso de violência doméstica. A ideia é evitar que os menores de idade também sejam agredidos. O quarto projeto aprovado pela CCJ determina a presença obrigatória de mulheres nos conselhos de administração das estatais.

Proposta que cria Patrulha Maria da Penha avança e segue para Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, projeto da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) que institui o Programa Patrulha Maria da Penha.

A ideia é assegurar rondas policiais periódicas às residências de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, para verificar o cumprimento das medidas protetivas de urgência aplicadas pelo juiz após a denúncia de agressão sofrida

pela vítima.

Como foi aprovado em decisão terminativa, o PLS 547/2015 poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para que seja votado pelo Plenário do Senado.

Pelo texto aprovado, a gestão do programa deverá ser feita de forma integrada entre União, estados e municípios, por meio de instrumento de cooperação federativa. As ações serão executadas pelas polícias

civil e militar e pelas guardas municipais, se for o caso.

As medidas protetivas incluem o afastamento do agressor do lar ou do local de convivência com a vítima, a fixação de limite mínimo de distância em que deve ficar em relação a ela e a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, se for o caso.

Na justificativa do projeto, Gleisi afirma que, embora a Lei Maria da Penha tenha previsto

uma série de mecanismos de salvaguarda às mulheres em situação de violência, as estatísticas demonstram que os agressores continuam praticando atos violentos, mesmo após o deferimento de medidas protetivas pelos juizes.

A senadora disse que diversos municípios, como Curitiba, Salvador, São Paulo e Manaus, vêm usando a patrulha para prevenir a violência doméstica, com redução dos índices de violação às medidas protetivas.

Para a relatora do projeto, Ângela Portela (PT-RR), o programa deve conferir maior efetividade às medidas protetivas. Atualmente, observou, requisitos do Código de Processo Penal restringem a possibilidade de decretação da prisão preventiva de agressores por desobediência a medidas protetivas. Desse modo, disse, “hoje nem se prende nem se fiscaliza”.

Agressão com criança presente deve ser apurada, prevê texto

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) determina a coleta de provas no caso de envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou vítima de agressão dirigida a mulher. As informações deverão ser remetidas ao juiz da Infância e ao Conselho Tutelar, prevê o texto.

De iniciativa de Ângela Portela (PT-RR), o PLS 195/2014 estabele-

cece que em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro de ocorrência, sejam colhidas as provas para esclarecer se houve presença de criança ou adolescente durante a agressão, como testemunha ou como vítima.

A senadora argumenta que os filhos presenciam dois de cada três casos de violência contra a mãe. O projeto beneficiará milha-

res de crianças que também são vítimas de violência no país, diz.

A relatora, Fátima Bezerra (PT-RN), deu parecer favorável. Para ela, como o objetivo da lei é proteger a mulher, “muitas vezes não se apura eventual agressão contra crianças e adolescentes”.

O projeto, que tem decisão final na CCJ, seguirá diretamente para a Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário.

Informações sobre violência doméstica podem aumentar

Dados específicos sobre violência contra a mulher devem ser obrigatoriamente coletados pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), plataforma que integra e disponibiliza informações sobre criminalidade no país. É o que estabelece projeto (PLS 244/2016) da senadora Simone Tebet (PMDB-MS),

aprovado ontem pela CCJ. A proposta segue para a Câmara, se não houver recurso para votação pelo Plenário.

“O recorte e a catalogação específica de registros de violência contra a mulher contribuirão para que o país avance no enfrentamento a essa terrível chaga”, afirma a autora da proposição. Atualmente, segundo Simone,

as informações são incompletas e díspares, o que dificulta um diagnóstico preciso do quadro de violência doméstica e familiar. Dados acurados são condição indispensável para a formulação de políticas adequadas e eficientes, disse.

A relatora da proposta, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), é a favor da aprovação.

Proposta fixa cota de 10% nos conselhos de estatais

Pelo menos 10% das vagas dos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista poderão vir a ser destinadas às mulheres até 2018, estabelece projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O PLS 112/2010 deve seguir para a Câmara, se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado. Segundo a proposta, as cotas serão ampliadas gradativamente. Até 2020, as mulheres poderão vir a ocupar 20% das vagas dos conselhos. Até 2022, a exigência sobe para 30%.

Esses percentuais foram definidos em emendas da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que também incluiu

na proposta a consequência jurídica do descumprimento das regras: serão nulos os atos de provimento de postos nos conselhos que desrespeitarem os percentuais.

Avanço

Para a autora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o Estado precisa assegurar o cumprimento do princípio constitucional da igualdade entre homens e mulheres. A aprovação da proposta, segundo ela, “colocará o Brasil em situação de paridade com a legislação mais avançada do mundo, pois 22 países já adotam esse tipo de cota”.

Vanessa citou pesquisas mostrando que as mulheres ocupam menos de 7% das cadeiras nos conselhos de administração das

empresas brasileiras. Ela disse ainda que esse percentual cai para 3% quando são excluídas da lista as herdeiras dos donos das empresas.

— É um cenário discriminatório, que deve ser revertido com políticas públicas, direcionadas a incorporar a mulher ao mercado de trabalho, tendo em vista todas as suas potencialidades e capacidades profissionais.

Bancada

A aprovação da proposta foi parte do esforço das senadoras que integram a CCJ para votação de matérias em favor das mulheres, no âmbito de um conjunto de ações empreendidas pela bancada feminina no Senado pelo Dia Internacional da Mulher.



Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem pauta sobre direitos femininos, como proteção a mulheres vítimas de violência



Com o lema #EuParo — Nenhum direito a menos, senadoras e servidoras se reuniram num ato ontem em frente ao Anexo 2 do Senado. Em mais de 60 países, incluindo o Brasil, mulheres se organizaram para fazer um dia de greve no Dia Internacional da Mulher. Estiveram presentes as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Regina Sousa (PT-PI), Lidice da Mata (PSB-BA), Fátima Bezerra (PT-RN) e Ângela Portela (PT-RR), que discursaram contra a reforma da Previdência. Segundo elas, a reforma prejudicará mais as mulheres.

Com o lema #EuParo — Nenhum direito a menos, senadoras e servidoras se reuniram num ato ontem em frente ao Anexo 2 do Senado. Em mais de 60 países, incluindo o Brasil, mulheres se organizaram para fazer um dia de greve no Dia Internacional da Mulher. Estiveram presentes as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Regina Sousa (PT-PI), Lidice da Mata (PSB-BA), Fátima Bezerra (PT-RN) e Ângela Portela (PT-RR), que discursaram contra a reforma da Previdência. Segundo elas, a reforma prejudicará mais as mulheres.

Ângela Portela denuncia a violência de gênero no estado de Roraima

Ângela Portela (PT-RR) destacou o protagonismo feminino em Roraima como ponto positivo a ser comemorado. Ela lembrou que o governo do estado, a capital Boa Vista e 3 dos 14 municípios do interior estão a cargo de mulheres. Também o Tribunal de Justiça de Roraima e o Tribunal Regional Eleitoral são presididos por mulheres.

Mas a violência contra a mulher é preocupante, disse a senadora, ao citar dados que colocam Roraima na primeira posição no ranking de feminicídio no país.

Viana propõe que crime de estupro seja imprescritível

Autor da PEC 64/2016, que torna imprescritível o crime de estupro, também aplicado aos crimes de racismo e de ação de grupos armados, Jorge Viana (PT-AC) afirmou que, em 2015, foram notificados 45 mil casos no país. Como a subnotificação é alta, as estimativas chegam a 450 mil casos por ano, disse. Sem a prescrição do crime, ele aposta no encorajamento das mulheres para denunciar.

Hélio José: machismo é injusto por atacar essência da mulher

Hélio José (PMDB-DF) disse que o machismo é tão injusto quanto outros tipos de violência, como a homofobia, por atingir a pessoa pelo que ela é, atacando, basicamente, a sua essência. Lembrou que as mulheres ainda são minoria dentro da política. E citou como outra injustiça a diferença salarial. Segundo pesquisa do IBGE de 2015, as mulheres recebem 76% dos vencimentos pagos aos homens.

Amorim defende políticas públicas para combater violência de gênero

Eduardo Amorim (PSDB-SE) cobrou urgência na implantação de políticas de combate à violência contra a mulher. Citou dados da pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pela qual 503 mulheres no Brasil foram agredidas a cada hora em 2016, ou 4,4 milhões de vítimas no ano. Amorim homenageou na terça Orlando Andrade, prefeito de Canindé (SE), morto no domingo.

Renan faz balanço dos avanços legislativos em apoio às mulheres

Renan Calheiros (PMDB-AL) fez um balanço dos avanços legislativos em apoio às mulheres e ressaltou o papel do Senado na expansão dos direitos femininos. O senador destacou a importância das mulheres alagoanas na história e citou as conquistas da médica Nise da Silveira na humanização do tratamento psiquiátrico. Ele cobrou medidas que ampliem a presença feminina no Congresso.

Fernando Bezerra pede reconhecimento do trabalho e das conquistas

Apesar dos avanços legislativos e da ampliação de espaços, as mulheres precisam ter melhor remuneração no trabalho, defendeu Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). — A diferença de salário constituiu discriminação à força de trabalho feminina. Quero saudar todas e cada uma das mulheres que trabalham, muitas vezes em condições adversas, e fortalecem o nosso país — disse o senador.

Para Medeiros, trechos de frases de Temer foram usadas em ataque político

“Com exceções, as comemorações do Dia da Mulher no Congresso foram usadas para ataques políticos”, afirmou José Medeiros (PSD-MT). Segundo o senador, para atacar Michel Temer, “pinçaram” frases ditas pelo presidente no Palácio do Planalto. — Deve-se muito à mulher um lar bem estruturado. Tiraram a frase do contexto e disseram que ele falou que a mulher serve para fazer compra no supermercado.

Lindbergh critica baixa presença de mulheres na equipe do governo

O governo de Michel Temer entrará na história pelo maior ataque aos direitos das mulheres, disse Lindbergh Farias (PT-RJ). O senador criticou a proposta de igualar as idades mínimas para a aposentadoria e a equipe de governo, praticamente “só de homens”. Ele lamentou a declaração do presidente de que a participação das mulheres na economia é “indicar desajustes de preços nos supermercados”.

Roberto Rocha lamenta a elevada desigualdade de gênero em todo o mundo

O Dia Internacional da Mulher não se limita a realçar a presença feminina, mas faz parte de uma ação estratégica mundial que chama a atenção para os problemas das mulheres, disse Roberto Rocha (PSB-MA). Ele ressaltou que as mulheres têm remuneração inferior à dos homens e têm mais dificuldade para subir na carreira e que o Brasil apresenta a quinta maior taxa de feminicídio do mundo.

Magno Malta pede que homens valorizem suas avós, mães, irmãs e filhas

Magno Malta (PR-ES) homenageou as mulheres anônimas, “muitas vezes pobres e analfabetas”, que cuidam da família e da criação dos filhos. O senador exaltou a educação que recebeu da mãe em casa, com regras de convivência e respeito, e da avó, responsável pela sua formação religiosa. Ele convidou os homens a valorizar todas as mulheres de suas famílias.

Maria do Carmo elogia cota para mulheres em conselhos de empresas

Maria do Carmo Alves (DEM-SE) comemorou a aprovação, na CCJ, do projeto que prevê cota progressiva — de 10% a 30% — de vagas para mulheres nos conselhos de administração de estatais e sociedades de economia mista. Para ela, a medida mostra que o Brasil está no caminho para a igualdade de gênero no mercado de trabalho e reforça o papel do Senado em defender a mulher.

Pedro Chaves defende equiparação salarial no mercado de trabalho

Pedro Chaves (PSC-MS) afirmou que, ao longo dos anos, as mulheres assumiram o protagonismo em empresas de engenharia, mineradoras e hospitais. Mas, mesmo tendo superado os homens em grau de escolaridade, as mulheres continuam recebendo salários menores, lamentou Chaves, ao citar estudo do IBGE que revela que os vencimentos delas correspondem a 76% do que é recebido por eles.

Participação em funções de liderança precisa de estímulo, diz Lúcia Vânia

A participação de mulheres na administração pública e em funções de liderança carece de estímulo por meio de políticas públicas, disse Lúcia Vânia (PSB-GO). Para a senadora, outros fatores que dificultam a expansão dos direitos das mulheres são a grande concentração feminina em setores de menor produtividade na economia e o elevado número de mulheres desempregadas.

Capiberibe conclama parlamentares a rejeitar reforma da Previdência

Para João Capiberibe (PSB-AP), a reforma da Previdência é um retrocesso para a sociedade brasileira porque vai penalizar, de forma mais significativa, as mulheres. Ele ressaltou que a mulher exerce tripla jornada de trabalho. Os parlamentares que discursaram para homenagear o Dia Internacional da Mulher estão “automaticamente comprometidos” em rejeitar a medida, disse.

Dupla jornada de trabalho é discriminação, avalia Rose de Freitas

Rose de Freitas (PMDB-ES) lamentou que ainda existam no Brasil tantas diferenças entre homens e mulheres. Como exemplo, citou estudo do Ipea segundo o qual mulheres trabalham, em média, 7,5 horas a mais que os homens por semana devido à dupla jornada, que inclui tarefas domésticas e trabalho remunerado. Para Rose, essa sobrecarga é mais uma demonstração da discriminação.

Randolfe: reforma da Previdência é machista, misógina e sexista

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), ser feminista não é uma condição apenas para as mulheres. É também para os homens que pregam uma sociedade igualitária. Ele destacou que as mulheres trabalham mais que os homens, mas recebem menos, e que a reforma da Previdência pode aumentar a discriminação. — É uma reforma machista, misógina e sexista — disse.

Segundo Valadares, é preciso chamar a atenção de governo e sociedade

Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), no Dia das Mulheres, é fundamental a mobilização, chamando a atenção dos governos e da sociedade. — Que ninguém se engane quanto à força e à determinação da mulher para vencer a violência, o preconceito, a discriminação e a diferença. A causa, disse, tem apoio de muitos homens, tanto no Parlamento, quanto na sociedade.

Para Humberto Costa, Dilma Rousseff foi vítima de machismo e misoginia

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que um exemplo de discriminação contra a mulher no Brasil foi o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, que ele classificou como “golpe parlamentar”. — Vítima de um golpe parlamentar sem precedente na história brasileira. Um caso com componentes muito fortes de machismo e de misoginia — reclamou.

Kátia Abreu condena segregação no trabalho e em postos de poder

O Brasil é um país altamente machista, afirmou Kátia Abreu (PMDB-TO), dizendo que não deve haver lugares que segreguem a mulher. A senadora lamentou a ausência de mulheres na Mesa do Senado e em outras esferas de poder e criticou a reforma da Previdência. — Enquanto não tiver igualdade total entre homens e mulheres no trabalho, temos que ter diferença no tratamento.

Com mudanças eleitorais, mulher pode ser maioria no Parlamento, diz Caiado

Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse acreditar que, com mudanças nas regras eleitorais, seria possível ter no Brasil um cenário semelhante ao de países europeus em que as mulheres já são maioria no Parlamento. Em compensação, ele avalia que as mulheres já conseguiram avançar em outras áreas. Como exemplo, citou a área médica, na qual as mulheres são maioria, segundo ele.

Relatório de Ana Amélia, lido na comissão, acata 16 das 42 emendas apresentadas, entre elas a que amplia o limite de renda da família beneficiada de R\$ 1,8 mil para R\$ 2,8 mil

Votação do Cartão Reforma deve ser na quarta

O RELATÓRIO DA medida provisória que criou o Cartão Reforma (MPV 751/2016) foi lido ontem na comissão mista que examina a medida. Devido a pedido de vista coletiva, no entanto, a votação ficou adiada para a semana que vem, na reunião marcada para a quarta-feira, às 14h30.

A MP cria o Programa Cartão Reforma, cuja finalidade é a concessão de subvenção econômica para aquisição de materiais de construção para reformar, ampliar ou concluir moradias. Pela MP, a oferta de subsídio pode chegar a quase R\$ 6 mil para a aquisição de materiais de construção para famílias com renda de até R\$ 1,8 mil. O programa destina gastos acima de R\$ 1 bilhão para atender mais de 100 mil famílias.

Para a relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), a MP pode ajudar a reduzir o déficit habitacional, promovendo a saúde e melhorando a qualidade de vida das pessoas, com reflexos positivos, inclusive, na educação.

— Não temos dúvida quanto ao mérito da matéria. A iniciativa vem, em boa hora, enfrentar o déficit habitacional qualitativo — ressaltou a senadora.

Emendas

A relatora informou que foram apresentadas 42 emendas, das quais acatou 16 de forma total ou parcial. Uma das emendas acolhidas aumenta o valor da renda da família beneficiada de R\$ 1,8 para R\$ 2,8 mil — valor correspondente a três salários mínimos. A



A senadora Ana Amélia, relatora da medida provisória, fala em reunião ao lado do deputado Roberto Balestra, presidente da comissão mista que analisa a MP

senadora lembrou que 55,3% dos domicílios brasileiros se encaixam nessa faixa de renda.

Também por emenda, ficou estabelecido o prazo máximo de 12 meses para uso, por parte do beneficiário, do recurso liberado. A subvenção poderá ser concedida mais de uma vez por grupo familiar e por imóvel, desde que não ultrapasse o valor máximo estipulado. O cartão também poderá ser empregado na aquisição de materiais de construção destinados a promover a acessibilidade nos imóveis em que residem pessoas com deficiência.

Outra emenda estabelece que pelo menos 10% dos recursos do programa serão aplicados em residências localizadas na área rural. A senadora ainda aceitou a sugestão

que estabelece que estados, Distrito Federal, municípios e instituições privadas poderão complementar o programa, conforme regulamentação do governo.

Mais agentes

O Ministério das Cidades manterá o controle gerencial das ações do programa. Todos os bancos oficiais, e não apenas a Caixa Econômica Federal (como previsto no texto original da MP), poderão atuar como agentes financeiros do Cartão Reforma. O objetivo foi atender a demanda de estados que têm bancos próprios. Mulheres, pessoas com deficiência, idosos e famílias com menor renda terão prioridade de atendimento dentro do programa.

O presidente da comissão

mista, deputado Roberto Balestra (PP-GO), elogiou a qualidade e a transparência do relatório. Na mesma linha, o deputado Miguel Haddad (PSDB-SP) destacou o trabalho de “excepcional qualidade” da relatora.

Já o deputado Zé Geraldo (PT-PA) classificou o programa como “tímido”, ao apontar que a proposta “levará 30 anos” para atingir seus objetivos.

Uso político

O deputado registrou preocupação com o uso político do programa, já que no ano que vem será um ano de eleição. Ana Amélia reconheceu a importância das preocupações do deputado. A senadora apontou, no entanto, que a MP estabelece medidas de controle externo do programa

e sanções para coibir irregularidades.

— O Brasil de hoje está pensando diferente. A política não aceita mais esse tipo de comportamento. Será um pecado mortal e ninguém vai querer correr risco dessa natureza — declarou a senadora.

Como a MP foi alterada na comissão mista, a matéria seguirá para o Plenário da Câmara em forma de projeto de lei de conversão (PLV), caso aprovada na próxima semana. Depois de aprovada na Câmara, o texto será remetido para o Senado. Como o prazo inicial da matéria havia se esgotado, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, com a prerrogativa de presidente do Congresso, prorrogou em 14 de fevereiro a validade do texto por mais 60 dias.

Lasier apoia trabalho de educação para o trânsito

Lasier Martins (PSD-RS) destacou ontem, em Plenário, o trabalho da arquiteta gaúcha Diza Gonzaga para a conscientização dos motoristas, uma das ganhadoras do Diploma Bertha Lutz deste ano.

Lasier relatou que, depois de perder o filho de 18 anos em um acidente de trânsito, em 1995, Diza Gonzaga criou a Fundação Thiago de Moraes Gonzaga



Genilho Migele/Agência Senado

para advertir sobre os riscos de beber e dirigir.

Segundo ele, o trabalho da instituição envolve 20 mil jovens cadastrados e contribuiu para a redução de acidentes fatais no trânsito no Rio Grande do Sul.

— Diza Gonzaga é uma heroína, porque, a partir da perda do filho, ela passou a se dedicar pela preservação dos filhos dos outros — afirmou.

Cassol pede recuperação de rodovia em Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) lamentou o estado precário das rodovias no Brasil, o que compromete a competitividade do agronegócio. Ele disse que o problema afeta Rondônia e destacou atraso em obras na BR-364.

A bancada parlamentar de Rondônia, afirmou, cobra reformas, mas enfrenta as exigências de licenças ambientais e a pressão de grupos contrários à



Ano Volpe/Agência Senado

recuperação da BR-364.

Ele pediu ao Ministério do Transporte uma ação firme contra empreiteiras que entregam obras de baixa qualidade.

— Tenho trabalhado nos quatro cantos para tirar a burocracia que existe no nosso sistema. Precisamos melhorar ainda mais, especialmente a infraestrutura rodoviária, para poder escoar toda essa produção.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Aeroportuários pedem mudança em concessões

Representantes das administradoras de aeroportos e da Infraero pediram mudanças nas regras de concessão hoje vigentes

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) 752/2016 é essencial para a sustentabilidade da Infraero e da infraestrutura aeroportuária, disseram especialistas em uma audiência ontem da comissão mista que analisa o tema. A MP autoriza a prorrogação e a relicitação de contratos de parceria dos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário que fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

A audiência tratou especificamente do setor aeroportuário. A comissão realizará mais duas audiências com enfoque no transporte rodoviário e ferroviário, respectivamente.

O presidente da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos, Jorge Jardim Filho, afirmou que a medida, se aperfeiçoada no Congresso, pode ser um caminho para a retomada do crescimento do Brasil e uma saída para enfrentar o desemprego.

— O futuro da infraestrutura está em sério risco se não forem adotadas medidas urgentes de correção — disse.

Ele destacou que em 2016 houve queda da demanda de passageiros, da carga aérea transportada e da oferta de assentos pelas companhias aéreas. Conforme explicou, a associação defende uma



A comissão mista, que é presidida pelo senador Ataídes Oliveira (D), ouvirá ainda os setores rodoviário e ferroviário

emenda na MP que permita mudar a forma de pagamento das outorgas dos aeroportos que já estão sob concessão.

Os contratos de concessão dos aeroportos de Brasília, Guarulhos, Galeão, Confins e Viracopos preveem que a outorga deve ser paga de forma linear durante toda a concessão. A associação quer que esse pagamento passe a ser feito com parcelas menores da outorga nos primeiros anos de concessão, que é quando se exige dos concessionários mais investimentos em obras.

Jardim Filho explicou que o próprio governo reconhece a importância da adaptação da curva de pagamento de outorga, já que deu flexibilidade para as novas concessões de Fortaleza, Salvador, Florianópolis e Porto Alegre. Segundo ele, a mudança não vai invalidar a obrigação do

pagamento tampouco mudar os prazos ou reduzir os valores ofertados pela outorga.

— A nossa proposta é por um prazo relativamente curto. A proposta é que o valor do pagamento da outorga sofra variações, que não seja linear, que a gente pague menos outorga nesses três primeiros anos. Isso sem alterar valor, sem alterar prazo — explicou.

Infraero

O Superintendente de Assuntos Regulatórios da Infraero, Alexandre Canedo, ressaltou a importância de a MP prever que, no caso de concessão à iniciativa privada de aeroportos atribuídos à Infraero, o edital e o contrato de concessão poderão exigir o pagamento pela concessionária, diretamente à Infraero, de indenização pelos custos de adequação de efetivo de pessoal.

— Essa previsão é de extrema importância para a sustentabilidade da Infraero — disse.

Representando o Ministério dos Transportes, Fabiana Todesco ressaltou que, desde que o governo começou o processo de concessão de aeroportos, sempre teve a preocupação de manter a Infraero como uma empresa superavitária, sem depender do Tesouro em relação ao custeio.

— Para nós é importante uma empresa saudável do ponto de vista financeiro — explicou.

Secretário Especial do PPI, Adalberto Vasconcelos, explicou que o programa é uma força-tarefa que veio para tentar viabilizar, de forma legal, os investimentos de que o país tanto precisa.

— Ele tem o objetivo de coordenar e supervisionar os esforços nas áreas de concessões,

desestatizações e privatizações de empreendimentos federais nas áreas de infraestrutura. Ele não extrai as competências dos ministérios nem das agências reguladoras — explicou.

Medida provisória

A intenção do governo federal com a MP 752 é viabilizar a realização de novos investimentos em concessões existentes no setor de transporte. A prorrogação será usada nas concessões que estão funcionando. Já a relicitação será aplicada quando houver problemas na execução dos contratos de parceria.

De acordo com a MP, a prorrogação de contratos dependerá de condições como estudo técnico, avaliação prévia da administração pública, consulta popular, análise do Tribunal de Contas da União e cumprimento das metas.

O relator da matéria, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), ressaltou que o Brasil se apequena quando deixa de tratar com profundidade temas como investimentos. Segundo ele, a missão da MP não é construir um texto para resolver problemas específicos do aeroporto A, da rodovia B ou da ferrovia C.

— O objetivo é fazer com que os modais de transporte no Brasil possam ser concessionados, com tarifas adequadas à prestação do serviço que o cidadão espera receber do concessionário e com infraestrutura de investimento que dê conforto e segurança ao usuário — ponderou.

Prefeitos querem apoio para pauta municipalista

Prefeitos pediram ontem o apoio do presidente do Senado, Eunício Oliveira, para a pauta municipalista.

O segundo-vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Marcel Micheletto, e outros integrantes da entidade estiveram ontem com Eunício e o convidaram para participar da 20ª Marcha da CNM a Brasília em Defesa

dos Municípios, que ocorrerá entre os dias 15 e 18 de maio de 2017.

Os prefeitos pediram que o Senado apoie os municípios por uma melhor redistribuição do Imposto sobre Serviços (ISS), pela securitização da dívida dos entes federativos, por compensações financeiras aos recursos hídricos, pela atualização financeira dos

programas federais e pela valorização dos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE), entre outros.

Eunício disse que, “como Casa da Federação, o Senado está aberto ao diálogo e às sugestões e questões trazidas pelos estados e municípios”.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

Demanda de município sobre imposto é justa, diz Cidinho

Após participar de reunião com representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Cidinho Santos (PR-MT) disse que a falta de recursos é a principal reclamação dos prefeitos.

Uma das reivindicações da CNM, segundo Cidinho, é a derrubada do veto ao projeto de reforma do Imposto sobre Serviços (ISS), na parte que transferia a cobrança do imposto, antes feita no município do estabelecimento prestador do serviço, para o município do domicílio dos clientes de cartões de créditos e débito, leasing e de planos de saúde. Essa alteração era uma antiga reivindicação de prefeitos.



Moreno Inizé/Agência Senado

Instaladas comissões mistas de seis medidas provisórias

Foram instaladas ontem as comissões mistas para analisar seis medidas provisórias, quatro editadas em 2016 e duas deste ano (MPs 761, 762, 763, 764, 767 e 768).

Destaca-se a MP 763/2016, que permite o saque de recursos de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A medida autoriza a movimentação de contas paradas até 31 de dezembro de 2015. De acordo com o Executivo, a intenção é aquecer a economia. Cerca de 10 milhões de trabalhadores terão o direito de obter o dinheiro, que deve totalizar R\$ 30 bilhões.

As comissões das MPs 765/2016 e 766/2017 não foram instaladas por falta de acordo para a definição de seus presidentes.

Veja a composição das comissões: <http://bit.ly/comissoesMPs8mar>



O senador Eunício Oliveira (na poltrona central, à direita) recebe representantes da Confederação Nacional de Municípios

Avança união entre pessoas do mesmo sexo

Texto permite ainda converter a união estável em casamento mediante requerimento formulado pelas duas pessoas ao oficial do Registro Civil

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo e possibilita a conversão dessa união em casamento. Durante a votação, houve 17 votos favoráveis e 1 abstenção.

Apresentado por Marta Suplicy (PMDB-SP), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 612/2011 recebeu voto favorável do relator, Roberto Requião (PMDB-PR), e aguarda votação em turno suplementar, quando terá decisão terminativa. Poderá então seguir para análise da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação em Plenário.



Marta (ao lado do presidente da CCJ, Edison Lobão) diz estar confiante na aprovação do projeto em turno suplementar

— Uma batalha muito difícil foi hoje ultrapassada — disse Marta, lembrando que apresentou seu primeiro projeto sobre o tema em 1995.

Atualmente, o Código Civil reconhece como entidade familiar “a união estável entre o homem e a mulher, configu-

rada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. Com o projeto, a lei será alterada para estabelecer como família “a união estável entre duas pessoas”, mantendo o restante do texto do artigo.

O projeto determina ainda que a união estável “poderá converter-se em casamento, mediante requerimento formulado dos companheiros ao oficial do Registro Civil, no qual declarem que não têm impedimentos para casar e indiquem o regime de bens

que passam a adotar”.

A conversão em casamento da união estável entre pessoas do mesmo sexo já é autorizada por juízes. No entanto, há casos de recusa, fundamentada na inexistência de previsão legal expressa. O projeto busca eliminar as dificuldades nesses casos e conferir segurança jurídica à matéria.

Segurança jurídica

No relatório, Requião lembra decisão de 2011 do Supremo Tribunal Federal, reconhecendo o direito à formalização da união entre casais homossexuais. No entanto, ele diz ser responsabilidade do Legislativo adequar a lei em vigor ao entendimento consagrado pelo Supremo, “contribuindo, assim, para o aumento da segurança jurídica e a disseminação da pacificação social”.

O projeto aguardava decisão do Senado desde 2012.

Texto sobre prevenção de incêndios vai a sanção

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira um projeto que estabelece normas mais rígidas para prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos. O texto (PLC 33/2014 no Senado e PL 2020/2007 na Câmara) segue para sanção do presidente.

As normas — a serem seguidas por proprietários e administradores de casas de eventos, edificações e áreas de reunião de público; promotores culturais e autoridades públicas — visam evitar tragédias como o incêndio na boate Kiss, que matou 242 pessoas e feriu outras 680 em Santa Maria (RS), em janeiro de 2013.

Os deputados acataram as três emendas do relator no Senado, Paulo Paim (PT-RS). O senador destacou as contribuições, para o texto, dos relatórios de comissões externas criadas pelo Senado e pela Câmara que investigaram as causas daquela tragédia. Isso porque o incêndio ocorreu depois que o projeto saiu da Câmara e as sugestões foram incluídas durante a tramitação no Senado.

Punições

O projeto determina que os responsáveis por estabelecimentos que descumprirem as determinações do Corpo de Bombeiros ou do poder municipal quanto à prevenção ou combate de incêndios e desastres estarão sujeitos a prisão de 6 meses a 2 anos. Poderão também arcar com multas e outras sanções de ordem penal e administrativa.

Os prefeitos incorrerão em improbidade administrativa,



A fachada da Boate Kiss, na cidade gaúcha de Santa Maria, após o incêndio que matou 242 pessoas há quatro anos

se deixarem de tomar as providências necessárias previstas no texto.

Eles terão o prazo máximo de dois anos para adaptarem ao planejamento urbano da cidade as normas especiais de prevenção e combate a incêndios e desastres, nos locais de grande circulação e concentração de pessoas.

Bombeiros

Essas normas abrangem estabelecimentos com ocupação simultânea igual ou superior a 100 pessoas e deverão ser estendidas a todos os locais em que haja restrições à existência de mais de uma direção no fluxo de saída das pessoas. As medidas especiais também deverão valer para estabelecimentos que sejam ocupados predominantemente por idosos, crianças, pessoas em dificuldade de locomoção ou com grande quantidade de material inflamável.

Pelo texto enviado à sanção, também incorrerá em improbidade administrativa,

podendo perder o cargo, o prefeito que não obedecer aos prazos máximos estabelecidos na legislação municipal no trâmite de alvarás de licença, autorização ou de documento equivalente relacionado à aplicação da nova legislação, que esteja a cargo da prefeitura.

Também incorrerá em improbidade administrativa o oficial do Corpo de Bombeiros que, tendo essas tarefas sob sua responsabilidade, deixar de tomar providências necessárias para garantir a observância dos prazos máximos para o trâmite administrativo voltado à emissão de laudos, autorizações ou outro ato relacionado à aplicação da nova lei.

Comandas

Ficará proibida a adoção do sistema de comandas para o controle do consumo de produtos em boates. O pagamento deverá ser feito no instante de consumo do produto. Outros tipos de estabelecimentos também poderão ser obriga-

dos a vedarem as comandas caso seja este o posicionamento do Corpo de Bombeiros ou da prefeitura, expresso por meio de licença ou outro ato administrativo.

Também passa a ser considerada prática abusiva permitir a entrada de um número de consumidores maior que o fixado pela autoridade administrativa como o máximo para aquele local.

Alvará

O proprietário do estabelecimento fica obrigado a assegurar o livre acesso na realização de vistorias pelo poder público e pelos responsáveis pelos projetos de arquitetura e engenharia.

O processo de aprovação de construção, reforma ou uso de estabelecimentos, voltado à emissão de alvarás de licença, deverá observar as condições de acesso para operações de socorro e remoção de vítimas e priorizar materiais de construção com baixa inflamabilidade.

Paim pede a Temer que retire reforma da Previdência

Paulo Paim (PT-RS) apelou a Temer para que retire a proposta de reforma da Previdência.



Ele advertiu que, como foi apresentada, a reforma não será aprovada e disse que as mulheres serão as mais prejudicadas.

O senador anunciou ainda ter 35 assinaturas, mais que o mínimo necessário, para criar uma CPI para investigar as contas da Previdência. A CPI, explicou, pretende verificar se o sistema é realmente deficitário como prega o governo e se há desvios de dinheiro e corrupção.

Cássio relembra 30 anos da morte de Raimundo Asfora

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) homenageou o poeta, advogado e político cearense, Raimundo Asfora, morto há 30 anos, completados dia 6.



— Poeta extraordinário, homem público de conduta ilibada, probo, honesto, íntegro, advogado brilhante, professor sábio, um dos maiores oradores, senão o maior, que já pude testemunhar — exaltou Lembrou a trajetória política de Asfora, que foi vereador, deputado, vice-prefeito e vice-governador, além de grande advogado criminalista.